

...a lei agora se-
...a de todos a
...ma legítima,
...egada. Quer
...da greve, por
...dos estivado-
...ar a prisão de
...re os 15 e os
...mento de que
...amente mais
...Seria con-
...o com Armê-
...acendo que
...A. A estipula-
...adicionar a in-
...ertos é um de-
...e ser tratado
...qual que ex-
...gida e asser-
...gido deseje
...s, mas antes
...el uma socie-
...um pequeno
...continuada e
...vida de todos
...se, com requi-
...spedimentos,
...a lei. A greve,
...ome indica, é
...a margem —
...do rio.

ura de pontos
...e finalmente
...o, procuran-
...re bem e de-
...e correu re-
...pensado. No
...recessa de me-
...idade reforma-
...e envolver re-
...uturas radicais
...interiores.
...uma versão ex-
...cimos de erro-
...dos mais decada-
...o e trilhado no es-
...tado uma prova
...vimento fértil pa-
...educational me-
...dicalismo aca-
...ra, desde os ga-
...ais, através de
...ato ao que ata-
...apredendo o
...ndo precisava-
...que nos de-
...e e que nos de-
...de consolidar
...as, somos irre-
...parados para

pnridores

...vango apenas al-
...gual a todos
...o um sistema re-
...e acordo com o
...programas, por
...uma melhorado
...e aqueles que en-
...de consolidação
...a matéria, basta
...destinação de uma
...em concreto, os di-
...e letos, mas, co-
...nhecimento,
...ão, seria possível
...as, não aprova-
...promover o reves-
...estas condições
...me, discussões pró-
...prio.
...que não pela in-
...de aumentar e no da
...milhões em que jul-
...mas não pode e-
...que aqui. Não se
...que aliás, mas que
...mento, pelo qual
...e a falta de visão



Daniel Oliveira
danieloliveira@igmail.com

CONCESSÃO BARATA

A o que parece, há três possibi-
lidades em cima da mesa para a
RTP. A primeira é a concessão.
Parece evidente que já caiu. A
segunda é a privatização de 49% da
empresa. E a terceira ainda não se conhe-
ce. Como a primeira já caiu, alguém se
encarregou, ainda antes de haver uma
decisão tomada, de passar para a comuni-
cação a que mais lhe interessava.
Quando li a notícia cheirei-me a esturro,
para que raio alguém quer ficar
com metade da RTP sem ficar com o seu
controle?

Interessa, antes de mais, fazer as con-
tas. Sabendo-se que a concessão corres-
pondia à entrada de 650 milhões nos
cofres públicos, metade corresponderia
a 325 milhões. Sabendo-se que a
reestruturação da empresa custaria 334
milhões, seria 617 milhões de cada um.
Ou seja, para o Estado, com este negó-
cio, sobram 68 milhões. Mas, ainda as-
sim, o Estado fica com o controle da
RTP e com metade dos lucros que ela
vier a gerar. Certo? Nem por isso. Ao
que parece, o que está em cima da mesa
é um acordo parassocial em que se dele-
ga nessa entidade privada a gestão total
da empresa.

Vamos imaginar que, como diz a im-
prensa, o privado candidato a este negó-
cio é a Cofina associada ao grupo angola-
no Newshold. O que faz um grupo de
comunicação social quando tem a ges-
tão de um meio da dimensão da RTP?
Aproveita as "sinergias" para reduzir
custos nas restantes empresas. Se pode
ter o jornalista desportivo da Antena 1
ou da RTP a fazer resumos dos jogos pa-
ra o "Record", se pode fazer parcerias
entre o "Correio da Manhã" e o canal
para diminuir as despesas no jornal, se
pode aproveitar um jornalista da RTP
como correspondente para os restantes
meios, se pode promover os seus produ-
tos de *media*, sem custos, num canal de
sinal aberto, não hesitará em fazê-lo. É
o que muitos grupos de comunicação so-
cial já fazem. A começar pela Cofina.

Na verdade, a enorme estrutura da
RTP servirá para reduzir a despesa do
grupo que ficar com a gestão da empresa.
Se a Cofina ficar com a gestão e se
poder, através da distribuição de meios,
catalizar custos para a empresa que divi-
de com o Estado, é improvável que a RTP
alguma vez venha a ter lucro. Como nós
continuaremos a pagar uma taxa de au-
diência, serão os contribuintes a cus-
tear a sustentabilidade de um grupo pri-
vado. Na realidade, é o mesmo que o
privado fica, com custos mínimos, com a
direção editorial dos canais públicos (o
que, com a empresa angolana candidata
não nos pode deixar descansados) e ain-
da garante, à custa do Estado e dos con-
tribuintes, a sustentabilidade do seu gru-
po empresarial. Mais um excelente ne-
gocio do empreendedor Miguel Relvas.

ELOGIO CARO

D astos Coelho está contente por-
que o ministro das Finanças ale-
mão, Wolfgang Schäuble, dis-
se que Portugal não era a Gré-
cia. E, sendo muito melhor do que a
Grécia, não precisa de redução dos ju-
ros, alterações de maturações, mudan-
ças de prazos e, na prática, uma rees-
tructurização da sua dívida. Nada como
ser "bon alance". Associe-me à satisfa-
ção. Estou seguro de que um chego ale-
mão chega e sobram para animar a
economia, diminuir o desemprego, cum-
prir as metas do déficit e pagar a
sua dívida.

......
......
......
......



Rui Ramos

A MÁQUINA DE FAZER POBRES

O maior contributo que o
Estado poderia dar neste
momento para reduzir a
pobreza em Portugal seria
diminuir as suas despesas e
dívidas, de modo a libertar-nos
um dia dos impostos e dos
custos associados ao seu
risco de crédito

N inguém nos consegue tirar a
pobreza da boca. É o tema
da moda. Tornou-se, como
se diz na internet, viral. Não
há primeira página sem estatísticas
da indigência, nem tejo-leitoral sem
imagens da privação. Não há político
ou comentador que não sofra com
os pobres. A nossa pobreza até já
chegou ao "The New York Times".

Não pretendo, como outros já fize-
ram, desmontar histórias mal conta-
das (como a reportagem do "The
New York Times"), discutir conteú-
dos (a pobreza estatística é agora si-
nónimo, não de carência, mas de de-
sigualdade), denunciar exageros
(um "povo em grande parte na misé-
ria"), ou desmascarar manipula-
ções (o risco de pobreza em Portu-
gal, segundo o Eurostat, diminuiu de
26% para 24,4% entre 2008 e
2011, e o título dessa notícia num jo-
nal era "25% da população portu-
guesa em risco de pobreza"). Interessa-
me apenas isto: para que serve, ho-
je, a pobreza no debate público?

Serve, em primeiro lugar, para lhe
pôr ponto final. Fala-se de pobreza
e a conversa acaba. É uma espécie
de torniquete do pensamento. Po-
der-se-ia esperar que nos deixasse
no ponto em que, abandonando de
polémicas, nos dispuséssemos a
ajudar quem precisa. Mas não. A "car-
idade" é pecado. O atual fogu de arti-
fício à volta da pobreza não está ca-
librado para nos aproximar uns dos
outros, mas para blindar o mito de
que só este Estado, com o seu défi-
ce e a sua dívida, nos há de poupar
à vida de uma novela neorealista
de 1944. Ao fazer do cidadão um
"pobre" que ninguém mais pode aj-
dar, o miserabilismo em voga pro-
move o Estado a tutor natural de
uma sociedade menorizada e depen-
dente. Compreende-se assim a aver-
são à "caridade": o estatista só pode
temer de horror perante a ideia de
uma população capaz de se organi-

zar autonomamente para exercer
solidariedade.
Conhecemos o preço da tutela do
Estado. As mais profundas dificulda-
des em Portugal derivam hoje do de-
semprego. Mas as dificuldades que
atingem mais gente têm outra ori-
gem: o enorme aumento de impos-
tos determinado pelo déficit públi-
co e pela dificuldade de o conter do
lado da despesa. Não são os juros
dos empréstimos à habitação nem o
preço da gasolina que nos estão a
fazer mais pobres. São os impostos.
O empobrecimento português é, ho-
je, fiscal, e resulta do que o Estado
tem de nos extorquir para se finan-
ciar e aos seus negócios de saúde,
educação, seguros, transportes e co-
municação social. A estatolatria em
vigor procura convencer-nos de que
qualquer limite à despesa pública se-
rá uma via rápida para a miséria.
De facto, é o contrário: o maior con-
tributo que o Estado poderia dar
neste momento para reduzir a po-
breza em Portugal seria diminuir as
suas despesas e dívidas, de modo a
libertar-nos um dia dos impostos e
dos custos associados ao seu risco
de crédito.

Os poderes públicos devem acor-
rer à aflição e corrigir a injustiça.
Uma sociedade civil forte precisa de
um Estado forte. Mas este Estado
deficitário e endividado é um Esta-
do fraco e que enfraquece a socie-
dade, retirando-lhe recursos, estabi-
lidade e confiança. O Estado que
temos em Portugal é hoje a grande
máquina de fazer pobres.

O professor na UL e coautor do Livro Branco "A Língua Portuguesa na Era Digital" defende o desenvolvimento da tecnologia da linguagem

Um gigante com pés de barro na era digital

António Horta Branco

P or um acaso simbólico — digno de um
conto de Jorge Luis Borges —, no dia em
que na Fundação Gulbenkian estava a
ser lançado o Livro Branco "A Língua
Portuguesa na Era Digital", era também
anunciado o mais recente censo das lí-
nguas no Facebook.

A leitura cruzada destes elementos con-
firma que a língua portuguesa é um gi-
gante com pés de barro na era digital.

O português é agora o terceiro idioma com mais utiliza-
dores na maior rede social do ciberspaco segundo o
SocialBakers — um serviço de análise de *media* social.
Porém, a língua portuguesa encontra-se insu-
ficientemente preparada para a era digital segundo o Livro
Branco (metanet.eu/ebook) — um dos 30 volumes
da coleção de livros brancos elaborada por mais de
200 cientistas europeus da rede de excelência em
I&D METANET.

Este alerta é tão mais preocupante
quanto o censo pode induzir a que a
sua real gravidade seja ilusoriamente
menosprezada.

Das mais de 6000 línguas existen-
tes no planeta, o português encontra-
se entre as cinco com maior núme-
ro de falantes, o que lhe dá a oportu-
nidade, rara e feliz, de ser um idó-
ma de comunicação internacional
com projeção global. Acresce que a
tecnologia que permite a um falante
do português usar o Facebook é a
mesma que permite a um falante de
outra língua usar essa rede social.
Não é pois surpreendente que lí-
nguas com mais falantes estejam
mais representadas no Facebook,
ou na web, desde que estes tenham
acesso à internet.

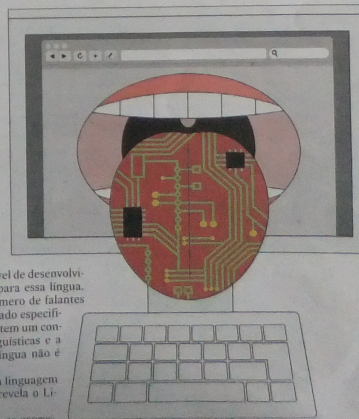
Porém, a preparação de uma dada
língua para a era digital resulta do nível de desenvolvi-
mento da tecnologia da linguagem para essa língua.
Esse nível não é proporcional ao número de falantes
mas ao esforço de investigação dedicado especifi-
camente a esse idioma — cada língua tem um con-
junto próprio de características linguísticas e a
tecnologia desenvolvida para uma língua não é
directamente transferível para outra.

O desenvolvimento da tecnologia da linguagem
para o português é "fragmentário" revela o Li-
vro Branco.
A tecnologia da linguagem processa as expres-

sões linguísticas e o seu significado. É uma tecnologia
emergente que permitirá comunicar na nossa língua
com pessoas que falam outra língua e aceder a infor-
mação veiculada em línguas que não dominamos. Permi-
tirá também usar a linguagem natural para interagir com
todo o tipo de serviços e dispositivos artificiais, desde
robôs sofisticados a eletrodomésticos banais.

A língua portuguesa é um dos pilares da soberania
nacional. É património com o que o passado nos ligou a
outras nações e que o futuro nos atribui a responsabili-
dade de partilhar. Para sobreviver e prosperar na era
digital, precisa ser devidamente estudada e preparada
do ponto de vista tecnológico. Só assim poderemos ac-
ceder a todas as pessoas, serviços e bens que irão ficando
disponíveis na e através da sociedade da informação. É
assim, a nós e à nossa cultura, a cidadania plena na
sociedade do futuro.

A investigação da língua portuguesa oferece-nos res-
ultados pelo menos tão fascinantes como os do estudo da
galáxia mais distante: a responsabilidade, prioridade e
urgência para com a nossa língua são porém incommen-
suravelmente maiores.



Henrique Raposo
henrique.raposo@igmail.com

PIRESCOXE, OU O QI DE PASSOS

P irescexe tem um castelo medie-
val, uma oliveira com 2500
anos, e aparece na TV quando
Jerónimo de Sousa vota. Gosto
de Pirescexe, sobretudo do ringue onde
fui Bento sem lutas e do desamparo
onde Jerónimo de Sousa jogou à malha
aos domingos. Foi em Pirescexe que fui
o 5º ano (1989/1990) numa escola nova
em folha já na descida para a Covim, a
descida que 20 anos antes a minha mãe
fazia em direção à fábrica. Como é óbvio,
a malta do bairro colheu à escola
nova, que devia ter nome de presépio
santuário, então "C+S de Santa Iria". Pa-
ra lá fui, camuflado em fila indiana,
passávamos por baixo do viaduto
da A1 e por cima das grutas "im-bur-
tanas" do castelo, e ainda folheávamos
cães e de meliantes ocasionais.

E como é que era antes desta escola?
Bom, a rapaziada ia para vários sítios:
Catujal, Bolhadeira e para um tal Exter-
nato Bartolomeu Dias, esse nome que
voltei ao meu radar quando rebentou a
polémica dos colégios com contrato de
associação. Por outras palavras, aos 33
anos percebi o que poderia ter sido a
minha vida aos 10. A malta do bairro
não tinha dinheiro para colégios, logo
se podia andar no Bartolomeu porque
este colégio tinha um contrato de asso-
ciação com o Ministério. Isto quer dizer
o quê? Que o Estado foi fazer uma esco-
la estatal ao lado de uma escola privada
que fazia serviço público. Em vez de aj-
udar os meus pais a pagar as propinas
num colégio, em vez de auxiliar a expan-
são de um colégio com vida própria, o
Estado foi ali fazer uma caixa de a que
chamou "escola pública". E se eu tives-
se passado pelo Bartolomeu? Ora essa,
pá, poderia ter sido médico, astronauta
ou gestor da Mota-Engel especializada
em fazer escolas ao lado de escolas.

Hoje em dia, sabemos que um aluno
no Externato Bartolomeu é menos dis-
pendioso do que um aluno na C+S de
Pirescexe. E esse sistema não é apenas
mais barato, também é melhor. Com
milhões daquela zona, este externato é
a 52ª escola nacional e a 22ª de Lisboa.
Isto é o mesmo que chegar à Liga dos
Campeões com o plantel do Sacaven-
se. Não estamos a falar de meninos ri-
cos. Alá, "menino rico de Pirescexe" é
uma contradição em termos. Metade
das famílias que confiam no externato
não têm dinheiro, e a outra metade não
é gente rica, é só gente que prefere gar-
tar 43 mil na educação do filho em vez
de torrar esse dinheiro numas férias
em Cuba destinadas a colorir o Face-
book. A questão, portanto, é só uma:
por que razão não se entrega a gestão
da escola de Pirescexe ao Externato
Bartolomeu? Não percebo a razão que
impede esta refundação nas Pirescexes
desta vida. Não percebo, e não perdoo
a este Governo por ser incapaz de dar
esta oportunidade aos tais pobres, es-
tas figuras que a elite de Lisboa só con-
cebe em abstrato.

O QI DE PASSOS, II

P assos não é muito inteligente. O
debate estava a ser aberto por
factos: é menos dispendioso fi-
nanciar um aluno num colégio
privado do que financiar esse aluno nu-
ma escola estatal. Ou seja, o camuho
passa por multiplicar os colégios com
contrato de associação. Mas o que fez
Passos? Lançou a ideia de taxas para
manter o sistema atual, que é caro e
ineficiente.

HENRIQUE RAPOSO ENVIARÁ EM
www.expresso.pt DE 27 A 28 FEVEREIRO